

A democratização

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Capítulo de livro sobre a democracia a ser publicado. Preparado, 2025.

“O desequilíbrio entre ricos e pobres é a doença mais antiga e fatal de todas as repúblicas” (Plutarco).

A democracia é tanto uma forma de governo quanto um ideal de cidadãos livres e iguais que surgiu com o capitalismo. Democratização, por sua vez, é o processo histórico de transição para a democracia e, depois, a melhoria gradual da sua qualidade. Como "governo do povo", a democracia implica a existência de cidadãos politicamente conscientes e que buscam ter uma palavra no processo de governo. A igualdade de riqueza e de renda não pode ser alcançada apenas pela reforma das leis. Ela enfrenta a oposição dos ricos, a lógica intrínseca do capitalismo, e o fato de os indivíduos não serem iguais em talentos, interesses, conhecimento, e capacidade de participar de organizações políticas e econômicas.

A democracia surgiu na virada para o século XX depois de uma longa luta dos sindicatos e partidos políticos social-democratas pelo sufrágio universal. Temos então o que eu chamo de Revolução Democrática: todos os países ricos da época adotaram o sufrágio universal, ao qual por muito tempo os liberais se opuseram. Antes, depois das revoluções burguesas (Gloriosa, Americana, e Francesa), esses países já haviam assegurado o estado de direito ou Estado de direito e os direitos civis. Foram, assim, asseguradas as três características de uma democracia mínima. O sufrágio universal foi possível porque o trabalho organizado e os novos partidos políticos socialistas superaram inúmeros obstáculos; a democracia foi, portanto, uma conquista das classes populares.ⁱ Considerando apenas os países mais avançados, estes, após alcançarem a democracia mínima, a democratização avançou *em etapas*. Na década de 1920 tivemos a democracia de *opinião pública*, em que as opiniões dos cidadãos começaram a ser ouvidas; depois da Segunda Guerra Mundial, a *democracia social*, em que a igualdade econômica começou a desempenhar um papel e o estado de bem-estar social foi criado. Hoje, não sabemos qual será o próximo passo da democratização, mas podemos supor que será o da *democracia participativa*, na qual serão criados mecanismos para ouvir os cidadãos e os movimentos sociais.

Para entender o Estado democrático moderno, precisamos de um conceito mínimo de democracia, mas a teoria democrática deve ir além desse conceito. Uma vez que a Revolução Democrática a definiu minimamente, torna-se crucial avaliar se e como a qualidade da democracia melhora ao longo do tempo, verificar se a democratização está realmente acontecendo e por quê. É importante examinar cada país e, assim, devemos começar com um conceito simples e minimalista de democracia e, em seguida, observar como a democracia progride gradualmente ou a democratização ocorre.

A democracia melhorou historicamente à medida que o desenvolvimento econômico e os níveis de educação avançaram, e as instituições democráticas se tornaram mais representativas e responsáveis. Apesar do retrocesso ao longo de quarenta anos do neoliberalismo, se considerarmos nas sociedades democráticas avançadas um período de 100 anos, o regime político é hoje mais igualitário e mais representativo.ⁱⁱ

A democracia, como regime político, é minimamente definida como um sistema onde as liberdades e o Estado de direito são garantidos, e onde os políticos que governam a nação são eleitos através do sufrágio universal. Por sua vez, a política—a arte de definir objetivos, argumentar e fazer compromissos para governar—passa a ter um papel central. É através da política e das demandas dos cidadãos que a democratização ocorre, a qualidade da democracia melhora, e a sociedade civil se torna mais igualitária e coesa.

Este ensaio não tem como objetivo fornecer comprovação científica dessas afirmações. Com base em observações, supõe que a democracia melhorou de fato ao longo do tempo. O foco principal é explorar as razões por trás dessa melhoria—como as sociedades capitalistas nacionais progridem politicamente, e como e por que a democratização ocorre. Enquanto a abordagem dominante na ciência política enfatiza o papel das instituições democráticas nesse processo, o artigo adota uma abordagem de economia política. Investiga a interação entre a economia e a política, entre a sociedade civil e o Estado, para determinar se a qualidade da democracia melhora ou não.

A qualidade da democracia

Sistemas econômicos são sistemas cuja qualidade depende do nível de desenvolvimento econômico e diversificação produtiva; como a renda é distribuída; a existência de uma contradição viva entre luta de classes e cooperação social, e um grau razoável de coesão nacional. Sociedades coesas conduzem a organizações estatais capazes e a sistemas jurídicos legítimos, e a uma alocação efetiva dos fatores de produção no mercado. No capitalismo, a ação coletiva tende a ser fraca, porque a competição econômica tem precedência sobre

a cooperação, embora se espere que cada nação seja internamente solidária, porque, internacionalmente, algum grau de cooperação é indispensável.

A afirmação marxista de que o capitalismo logo acabaria, e que a transição para o socialismo já estava em andamento, mostrou-se equivocada. Hoje, sabemos que as sociedades capitalistas e seus Estados podem ser democráticas ou autoritárias, dependendo do papel que as classes populares têm no processo político, e desenvolvimentistas ou liberais, dependendo da forma como o Estado intervém na economia. Originalmente, no entanto, tanto o liberalismo quanto o desenvolvimentismo eram autoritários e contrários à democracia, mas hoje, o desenvolvimentismo é mais compatível com a democracia do que o liberalismo econômico. Embora o interesse público seja compreendido pelo governo, e os interesses das classes populares não sejam os mesmos, eles são menos divergentes quando o Estado é liderado por uma coalizão de classe desenvolvimentista do que quando prevalece uma coalizão de classe liberal.

O capitalismo nasceu autoritário no âmbito do *ancien régime* e das monarquias absolutas. Com a revolução capitalista, que foi concluída pela primeira vez na Grã-Bretanha no início do século XIX, o regime político tornou-se liberal, garantiu o estado de direito e as liberdades civis, mas não se tornou democrático. Os liberais temiam a democracia, que definiam como "a tirania da maioria", e durante um século rejeitaram o sufrágio universal. Mas depois de uma longa luta das classes trabalhadoras e assalariadas – documentada por Göran Therborn (1977) e Adam Przeworski (1985) – o sufrágio universal foi alcançado, e os países avançados tornaram-se minimamente democráticos no âmbito do que defino como Revolução Democrática.ⁱⁱⁱ

Como já discutido neste capítulo, a burguesia foi a primeira classe social dominante que não impôs um veto total à democracia. Isso porque era a primeira forma de sociedade em que a apropriação do excedente econômico pela classe dominante *não* dependia do controle direto do Estado. O lucro é alcançado no mercado através de uma troca de valores de mercado: salários pela força de trabalho. O resultado direto da Revolução Democrática foi a democracia liberal – um regime político em que as duas condições mínimas para um país ser considerado democrático estão presentes, e não mais: o estado de direito, que inclui as liberdades civis, e o sufrágio universal ou os direitos políticos de eleger e ser eleito. Esta era, ou é, uma espécie de democracia de baixa qualidade, uma democracia schumpeteriana em que as elites periodicamente convocam os eleitores a votar, mas depois os ignoram uma vez eleitos.

Após a Segunda Guerra Mundial, particularmente na Europa Ocidental, os principais países incluíram os direitos trabalhistas nos contratos de trabalho e construíram o estado de bem-estar social. Isso porque as classes populares tinham que ser ouvidas. Dessa forma, a qualidade da democracia melhorou, e a

democracia liberal se transformou em uma social-democracia operando em um estado desenvolvimentista – o que vimos na Europa na Era de Ouro do Capitalismo. Hoje, podemos ver um terceiro passo na construção da democracia – uma democracia participativa – por exemplo, na Suíça, onde o povo é constantemente chamado a tomar decisões por meio de referendos. Mas o progresso em direção a uma democracia melhor está longe de ser linear. Nos Anos Neoliberais, houve uma reação, particularmente nos EUA. A qualidade de uma democracia anda de mãos dadas com a coesão de uma sociedade, que nos EUA foi severamente prejudicada nos últimos 40 anos.

E a democracia e o Estado republicano? Podemos falar de uma democracia republicana da mesma forma que falamos de um Estado republicano no primeiro capítulo? Uma pessoa não precisa ser democrata para ser republicana; na Grécia ou em Roma não havia democracia, mas o republicanismo estava presente. Hoje, um Estado republicano deve ser um Estado democrático. A democracia é definitivamente uma condição para que as pessoas, assim como os filósofos, vejam uma sociedade como uma boa sociedade. Por outro lado, uma boa sociedade deve ter um número razoável de políticos e cidadãos dotados de virtudes republicanas ou responsabilidade cívica. Assim, o republicanismo e a democracia são condições para uma boa sociedade, onde o bem comum prevalece sobre os interesses privados.

Ao mesmo tempo, a ideologia neoliberal transformou a "democracia liberal" em uma construção ideológica: não apenas o regime político, mas a forma econômica e política ideal de coordenação econômica de uma sociedade capitalista. Os neoliberais, os principais financistas e economistas que atuam como intelectuais orgânicos do capitalismo rentista, rejeitam o termo "neoliberalismo" porque os intelectuais progressistas o usam criticamente. Em vez disso, eles falam de "democracia liberal" para se referir ao sistema econômico e político do Ocidente, no qual as liberdades individuais, a autonomia do indivíduo e o merecido respeito seriam assegurados. Essas são as características de uma boa democracia, não a democracia liberal existente, que está longe de garantir autonomia e reconhecimento para todos. O capitalismo rentista é uma forma de sociedade que rejeita o estado de bem-estar social, rejeita a tributação progressiva e ignora os privilégios dos rentistas capitalistas ricos e ociosos, financistas e altos executivos corporativos.

O que *não* condiz com a democracia é o estatismo: o Estado assumindo a plena coordenação da economia, como aconteceu na União Soviética. Quando Friedrich Hayek, em seu livro *The Road to Serfdom* (1944), se opôs ao socialismo em favor do capitalismo liberal, era razoável ver o socialismo como uma possível alternativa de curto prazo ao capitalismo. Após a Revolução Húngara de 1956 e a Revolta de Praga de 1968, ficou claro que a União Soviética não era uma

sociedade socialista, mas *estatista*, e uma esquerda reformada rejeitou a alternativa comunista. No entanto, intelectuais neoliberais como Milton Friedman e James Buchanan continuaram a se opor ao socialismo em nome do capitalismo, não distinguindo o socialismo da social-democracia. Isso transformou a ideologia neoliberal e a economia neoclássica dominante em uma luta irrealista contra os moinhos de vento. A luta de Dom Quixote era irrealista, mas era generosa, enquanto a luta dos neoliberais é perversa: é uma luta dos ricos contra os pobres.

A democratização

No mundo de hoje, a relação entre a sociedade e o Estado trabalha nos dois sentidos. Quanto mais democrática for uma sociedade—mais iguais forem os cidadãos—, mais democrático se tornará o Estado, e vice-versa. Essa relação é desequilibrada na medida em que em alguns países há sociedades civis mais democráticas do que instituições políticas que regulam a democracia, e o inverso pode ocorrer. Enquanto sociólogos e economistas políticos apostam na mudança social, cientistas políticos e advogados depositam suas esperanças nas instituições. A democracia nasceu com o capitalismo. No século XIX, a burguesia em ascensão admitiu a democracia em duas etapas, primeiro concordando com o Estado de direito e as liberdades e, segundo, com o sufrágio universal.^{iv} O liberalismo historicamente desconfia da democracia, vendo-a como uma ameaça à estabilidade política e à ordem social, mas há aqui uma contradição liberal porque para alcançar esses dois objetivos a democracia não pode ser mínima por muito tempo—à medida que o crescimento econômico continua, as pessoas exigirão salários mais altos ou os padrões de vida e, portanto, a construção gradual de um estado de bem-estar social

O processo de democratização é complexo e multifacetado e tem sido fonte de confusão ao longo da história. A Revolução Americana, por exemplo, foi uma revolução burguesa liderada por um grupo aristocrático de latifundiários e intelectuais, que não levou imediatamente a um sistema democrático, apesar das alegações em contrário—por exemplo, apesar de *Democracia na América* (1835), de Alexis Tocqueville. Adam Przeworski observou que, embora a democracia fosse uma revolução política, não era uma revolução econômica, o que é evidente no fato de que a burguesia continuou a ser a classe social dominante.^v

A democratização, infelizmente, não avançou o suficiente para satisfazer democratas e socialistas que demandam maior igualdade econômica. A oposição da classe capitalista liberal e das classes profissionais meritocráticas foi a grande responsável por isso. A hegemonia neoliberal entre 1980 e 2020 mostrou isso. Durante esse tempo, o 1% mais rico das sociedades capitalistas ficou ainda mais

rico, enquanto os salários dos pobres permaneceram quase estagnados. As evidências recentes sobre o assunto coletadas por pesquisadores como Thomas Piketty e Branco Milanovic são definitivas. O antagonismo entre igualdade e liberdade é histórico. Ele tornou-se evidente durante a Revolução Francesa, quando houve uma grande luta entre democratas e liberais, entre jacobinos e girondinos. Os liberais acabaram vencendo, mas depois, a ideia da democracia como um ideal a ser combatido ganhou força e legitimidade política. Com os panfletos e lutas políticas de Gracchus Babeuf (1760-1797) e sua Société des Égaux, a distinção entre liberalismo e democracia ficou clara. E sua defesa da igualdade foi influente por muito tempo na França.^{vi}

As elites liberais denominam a democracia hoje existente “democracia liberal”. É a democracia que estou afirmando haver surgido na virada para o século XX com a adoção do sufrágio universal, mas eles digam que surgiu com a Revolução Gloriosa, em 1688. Na verdade, com essa revolução, afirmou-se na Inglaterra o constitucionalismo ou o estado de direito. A rigor, o termo “democracia liberal” é um oxímoro porque o liberalismo está longe de ser democrático, ou então é um pleonasma porque a palavra "liberal" implica a garantia do estado de direito e das liberdades, que fazem parte de qualquer definição de democracia. Eventualmente, a democracia tornou-se "social" na Europa —um estágio superior de democratização, mas o adjetivo "liberal" permaneceu associado à democracia, provavelmente porque definiu a democracia nos Estados Unidos, e porque precisamos distinguir a democracia social (uma democracia que procura ativamente diminuir as desigualdades econômicas) da social democracia (um tipo de formação social caracterizada por um compromisso entre três classes—a burguesa, a gerencial e a popular)—uma distinção que é difícil de se fazer na língua inglesa, na qual fica muito estranho falar em uma “democracy liberal” como fazemos em português: democracia liberal.

Se as democracias não estiverem comprometidas com um nível razoável de igualdade econômica, a democratização será um termo vazio. O conflito entre liberdade e igualdade surgiu na Revolução Francesa com sua máxima "liberdade, igualdade e fraternidade". Igualdade e fraternidade eram coerentes entre si, não a liberdade que os liberais logo proclamaram incompatível com a igualdade—viram-na como a ameaçadora igualdade econômica dos socialistas. Para eles, liberdade implica desigualdade; as pessoas não buscam apenas maiores ganhos e riqueza, elas podem priorizar outros objetivos; e assim concluem que a igualdade econômica é impossível. Os escritores de esquerda reconhecem que as pessoas são diferentes, mas o conflito entre igualdade e liberdade pode ser gerido desde que vejamos a igualdade de uma forma razoável e entendamos a liberdade de uma forma republicana, não apenas como direito, mas também como uma obrigação para com a república—o Estado-

nação. Os avanços em igualdade econômica foram obtidos como resultado da ação política conjunta dos partidos políticos em busca de votos e dos sindicatos.

Em síntese, o processo de democratização caracterizou-se pelo progresso em direção à igualdade política, enquanto a igualdade econômica continua sendo uma questão controversa. A burguesia em ascensão priorizou a liberdade sobre a igualdade e criou uma sociedade capitalista que celebrava a desigualdade como condição necessária para a motivação individual e a eficiência econômica. Do lado político, enquanto os social-democratas e os desenvolvimentistas enfrentam a difícil tarefa de reduzir a desigualdade econômica no quadro da democracia e do capitalismo, o capitalismo liberal saúda a desigualdade, que seria uma condição também para a liberdade individual.

O vai e vem das ideias

Na segunda metade do século XX, após duas guerras mundiais e uma grande depressão, o mundo rico experimentou um rápido crescimento e melhores padrões de vida no quadro de uma Era de Ouro. Foi uma época de progresso real e otimismo social e político, no qual as posições dos teóricos sociais, marxistas, keynesianos ou intelectuais liberal-modernizantes, refletiam o humor da época. Duas grandes ideologias—liberalismo e socialismo—juntamente com duas escolas históricas de pensamento social, a teoria da modernização e o marxismo, estavam envolvidas em discussões ativas. Ambas as ideologias compartilhavam a crença no progresso e vislumbravam um futuro brilhante pela frente. A utopia dos liberais encontrou sua realização na sociedade americana, que eles viam como a sociedade democrática ideal de consumo de massa. Walt W. Rostow (1960) identificou formalmente esse período como o último estágio do desenvolvimento econômico. Para os defensores da teoria da modernização sociológica e os cientistas políticos comparativistas, a sociedade americana não era perfeita, mas servia de modelo a ser emulado por outros países.

Quando se tratava da teoria da democracia, cientistas políticos e teóricos da "modernização" tinham vantagem sobre os marxistas. Eles poderiam se valer da experiência americana como base para seu arcabouço teórico, particularmente no desenvolvimento da filosofia liberal da justiça de John Rawls e das teorias pluralistas da democracia de estudiosos como Seymour M. Lipset, Giovanni Sartori, Robert Dahl e Norberto Bobbio, que enfatizaram a autonomia relativa da política, destacaram a importância do desenvolvimento econômico para a democracia, defendiam o caráter pluralista da democracia e reconheciam seus aspectos culturais e valorativos.

Os marxistas eram críticos dessa teoria da democracia e do capitalismo em geral. Eles viam a democracia descrita pelos pluralistas como uma democracia

meramente "formal" ou "burguesa". No entanto, os próprios marxistas não ofereciam uma definição alternativa de democracia. Os trabalhos de Antonio Gramsci e Nicos Poulantzas os ajudaram a desenvolver uma teoria mais matizada do Estado, reconhecendo que o Estado não era mais simplesmente o "comitê executivo da burguesia" mas sim uma expressão de uma sociedade civil mais ampla e em evolução. No entanto, seu discurso positivo sobre a democracia permaneceu limitado e pouco convincente. Como destacou Norberto Bobbio (1984), os marxistas frequentemente criticavam a superficialidade e a parcialidade daqueles que procuravam dismantelar as ideias de Marx sobre o capitalismo, mas eram incapazes de discutir a democracia a menos que ela fosse combinada com o socialismo.

Se examinarmos os argumentos apresentados por estudiosos como C. B. Macpherson (1965), que criticou radicalmente o individualismo, podemos ver uma bela teoria esquerdista da democracia. Macpherson assinalou, com razão, que a democracia, em um sentido mais amplo, implica um ideal de igualdade humana, não apenas igualdade de oportunidades para subir na escada das classes. O ideal democrático vai além da mera igualdade política e exige também um nível razoável de igualdade econômica. No entanto, referir-se às sociedades comunistas da época de Macpherson como "democráticas em um sentido mais amplo" não era aceitável, embora a igualdade econômica realmente avançasse nessas sociedades.

Na década de 1970, uma grande crise econômica seguida pela Virada Neoliberal de 1980 abriu espaço para o neoliberalismo e, em consequência, para o baixo crescimento, a alta instabilidade financeira e salários quase estagnados. E, no campo da teoria econômica, se caracterizou pela crise do keynesianismo e pela ascensão da economia neoclássica ao *mainstream*. O conceito de democracia liberal prosperou, e seus defensores o transformaram em uma mercadoria de exportação. O Congresso dos Estados Unidos estabeleceu o National Endowment for Democracy, encarregado de difundir a democracia em todo o mundo. Um dos meios empregados foi a suposta revista acadêmica chamada *Journal of Democracy*. A liberdade tornou-se o valor político supremo, e a democracia foi vista como o instrumento para garantir a liberdade. O socialismo transformou-se em maldade e a democracia pública foi ignorada como se a experiência europeia de democracia não fosse diferente da americana. A sociologia, a teoria social e a macroeconomia keynesiana, juntamente com seus respectivos métodos estruturais e históricos, perderam relativa legitimidade acadêmica. Em seu lugar, a teoria política institucionalista e normativa, a ciência política da escolha racional e a economia neoclássica tornaram-se dominantes.

A publicação da liberal *Teoria da Justiça* de John Rawls em 1971 e da neoliberal *Anarquia, Estado e Utopia* de Robert Nozick em 1974 inaugurou uma nova era para a teoria política, enquanto a sociologia e a teoria social

perderam influência relativa. Nos Estados Unidos, os heróis intelectuais mudaram de sociólogos como Robert Merton e Wright Mills para teóricos políticos e cientistas políticos. Em vez de analisar a sociedade e a democracia como fenômenos históricos reais, estudando seus conflitos, contradições e tendências como tradicionalmente fazem as ciências sociais, a abordagem tornou-se predominante normativa, institucionalista e voluntarista. Em vez de considerar as estruturas econômicas e sociais e suas relações com o sistema ideológico e as instituições, o foco se deslocou para a ação individual e o "individualismo metodológico" ganhou proeminência. A pesquisa histórica ou empírica deu lugar a um método hipotético-dedutivo, e as reformas institucionais foram vistas como uma panaceia. Essa mudança levou sociólogos proeminentes como Jürgen Habermas e Ralf Dahrendorf a fazer a transição da teoria social para a teoria política. Na economia, a economia neoclássica e a teoria do equilíbrio geral experimentaram um ressurgimento, mais tarde complementado pela macroeconomia neoclássica de Robert Lucas e pelas teorias institucionalistas do “crescimento endógeno” embora as instituições continuassem para eles exógenas.

A vitória da economia neoclássica, marcada por seu domínio nos departamentos de economia das universidades, levou os cientistas políticos a adotar raciocínio semelhante na ciência política. A teoria política liberal do tipo escolha racional passou a se basear em um indivíduo egoísta idealizado—a figura axiomática correspondente do *homo economicus* assumida pela economia neoclássica. No entanto, tornou-se evidente que um individualismo metodológico totalmente hipotético-dedutivo, como empregado na economia com maus resultados, simplesmente não era viável na ciência política. Como o poder—e não apenas o dinheiro como é o caso da teoria neoclássica—está no centro da política, os cientistas políticos associados à escolha racional assumem que os oficiais políticos fazem *trade-offs* entre o *rent-seeking* e o desejo de reeleição, ou de promoção no caso da burocracia pública, excluindo assim a possibilidade de políticos de melhor qualidade fazerem *trade-offs* entre o desejo de ser reeleito e o interesse público.

Nesse novo ambiente intelectual e liberal, teóricos políticos e cientistas políticos da escolha racional adotaram abordagens divergentes em relação à democracia. Alguns, consistentes com sua visão negativa da natureza humana, adotaram uma visão pessimista sobre a democracia e um liberalismo econômico radical. Afirmando a impossibilidade de alcançar a justiça social, alertavam para os perigos da intervenção estatal devido ao comportamento de *rent-seeking*. Outros, menos radicais, abraçaram uma teoria normativa, idealista e otimista da democracia, conhecida como democracia deliberativa. Dessa maneira, a abordagem da escolha racional expandiu-se para incluir cientistas políticos de várias tradições ideológicas, todos comprometidos com pesquisas

empíricas destinadas a melhorar as instituições democráticas. Esse grupo diversificado de estudiosos, que incluiu teóricos progressistas como Adam Przeworski, considera o papel da história e das instituições no comportamento político. Embora os melhores cientistas políticos de escolha racional fizessem boas análises de curto prazo, mostravam dificuldade em combinar a história com sua visão pessimista da natureza humana. Por outro lado, seu ceticismo em relação à democracia os levou a acreditar que ela sempre seria de natureza limitada. Eles argumentavam que a democracia só poderia fornecer um conjunto de regras que garantissem o Estado de direito, as liberdades civis e a alternância de poder entre partidos políticos de massa dominados por elites políticas. Essa visão pessimista dificultou a explicação da melhora histórica na qualidade da democracia ao longo do tempo que de fato ocorreu.

Os teóricos políticos liberais estabeleceram com sucesso a agenda intelectual nos anos neoliberais, deslocando a teoria social de sua posição de longa data estabelecida por Marx, Durkheim, Weber e Wright Mills e sua construção de uma teoria social dotada de alto poder explicativo. No entanto, a teoria social persistiu e encontrou expressão nos trabalhos de teóricos políticos republicanos como Michael Walzer, Charles Taylor, Steven Lukes e Michael Sandel. Esses teóricos ofereceram abordagens alternativas que enfatizavam a importância da comunidade, dos valores compartilhados e da participação cívica nas sociedades democráticas. À esquerda, perspectivas críticas sobre a democracia emergiram nos escritos de autores como Claude Lefort, Chantal Mouffe, Boaventura de Sousa Santos e Jacques Rancière. Esses estudiosos examinaram criticamente as limitações e contradições da democracia liberal, destacando questões de poder, desigualdade e justiça social.

Um modelo simples de democratização

Podemos agora propor um modelo simples de democratização no pós-guerra usando apenas dois conceitos: igualdade política e igualdade econômica. A Figura 1 é a representação gráfica do modelo que retrata a trajetória de democratização dos países ricos desde cerca de 1900, quando a democracia teve início com a adoção do sufrágio universal. O eixo vertical mede a igualdade econômica, enquanto o eixo horizontal representa a igualdade política, que engloba os direitos civis, o sufrágio universal e a participação cidadã. O canto inferior esquerdo do gráfico, A, representa zero para igualdade política e econômica, enquanto o canto oposto, Z, significa o "canto ideal da democracia", onde um alto nível de igualdade política e econômica é alcançado—*chegamos ao socialismo democrático*. A linha diagonal A-Z define o caminho *equilibrado* da democratização. Uma segunda linha diagonal, Y, é a linha do conceito mínimo de democracia: abaixo dela temos autoritarismo, acima,

democracia. Ela começa no eixo vertical (igualdade econômica) um pouco acima de A (no ponto 25%) e se estende até um ponto na linha horizontal (igualdade política) equivalente a 75% dessa linha. O fato de o ponto de partida no eixo da igualdade econômica ser de apenas 25% e o ponto final do eixo da igualdade política ser de 75% reflete que a democracia mínima requer menos igualdade econômica do que igualdade política. De acordo com a definição mínima de democracia, um regime político é considerado democrático quando garante as liberdades civis, eleições livres e sufrágio universal, sem necessariamente abordar a igualdade econômica. A linha Y resultante representa o limiar da democracia. Acima dessa linha, a trajetória da democracia vai subindo, enquanto abaixo dela prevalece o autoritarismo. Todos os países capitalistas ficam à direita da linha A-Z, porque neles a igualdade econômica é sempre inferior à política. Nos países comunistas que existiram no passado (União Soviética e China) ou existem no presente (Cuba, Coreia do Norte) acontece o inverso: A igualdade econômica é maior do que a política, mas o regime é autoritário; esses países ficam à esquerda da linha A-Z, mas abaixo da linha Y.

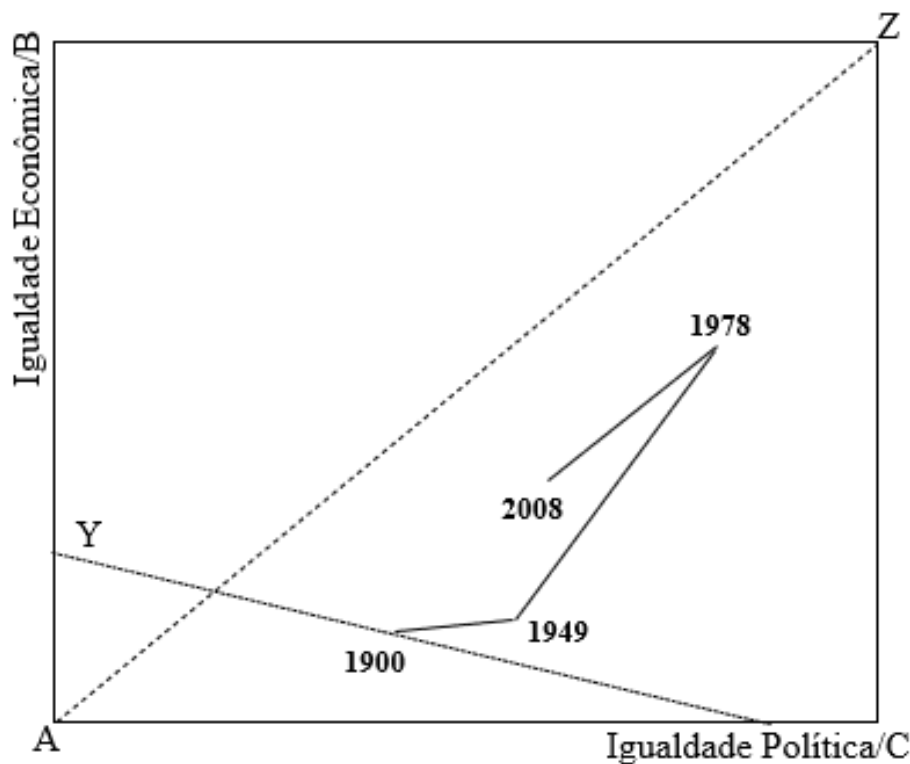


Figura 1: Trajetória aproximada da democratização dos países ricos (1900-2008)

O progresso em direção à melhoria da democracia em cada país envolve avanços em direção a uma maior igualdade política e econômica. Na Figura 1

temos a trajetória de democratização nos países ricos. Em torno de 1900 eles fizeram sua transição para a democracia ao adotarem o sufrágio universal e cruzarem a linha Y. Até 1950, no quadro de uma modesta taxa de crescimento, a igualdade é baixa e aumenta muito pouco, enquanto a igualdade política cresce moderadamente à medida que os direitos civis e políticos são mais bem asseguradas. Em 1949, os países saltam do estágio liberal para o social-democrata e desenvolvimentista, o crescimento econômico acelera e as duas igualdades crescem satisfatoriamente. Em 1978, no entanto, os países embarcam no neoliberalismo, e ambas as igualdades caem, a econômica mais severamente do que a igualdade política.

Assim, o caminho para a melhoria da democracia retratado na Figura 1 é real, mas desequilibrado. Ao traçar a trajetória histórica de democratização real de cada nação, essa linha sempre se manterá a direita da linha do caminho equilibrado, uma vez que o nível de igualdade política geralmente no capitalismo é superior ao nível de igualdade econômica.

Marx supunha que a estrutura econômica havia progredido mais do que a superestrutura institucional e ideológica, abrindo para um tempo de revolução. O que aconteceu no século XX foi o contrário. Devido à melhoria das instituições e a uma sociedade civil mais forte, a igualdade política progrediu mais do que a igualdade econômica, abrindo espaço para o nacional-populismo de direita de uma classe média baixa que foi deixada para trás nos anos neoliberais. À medida que as instituições e o sistema de valores progredem em relação à estrutura econômica, eles abrem caminho para uma maioria de indivíduos empobrecidos sem diploma que não se revoltam contra o capitalismo como supunham os socialistas, mas se opõem ao governo e às elites econômicas, políticas e intelectuais enriquecidas. Surge, então, um político populista que se identifica com o povo e oferece salvação com um nacionalismo conservador como Donald Trump e Victor Orban, senão com um liberalismo extremo como é o caso de Javier Milei.

ⁱ Therborn (1977); Przeworski (1985: Cap. 1).

ⁱⁱ Antes do neoliberalismo, eu dizia que a democratização era alcançada a cada 50 anos. No ano neoliberal, a regressão da democracia americana foi impressionante, e eu tive que me referir a 100 anos.

ⁱⁱⁱ Therborn (1977); Przeworski (1985).

^{iv} Bresser-Pereira (2012).

^v Przeworski (2009).

^{vi} Dunn (2005: 124-126)